



*[Handwritten signature]*

## MUNICÍPIO DE VILA FLOR

### **Câmara Municipal de Vila Flor**

### **DESPACHO**

#### **Nomeação, em regime de substituição, no cargo de Chefe da Divisão Financeira e Controlo**

Em Assembleia Municipal, datada de 30 de junho de 2017, sob proposta da Câmara Municipal, foi aprovado o regulamento de organização dos serviços do Município de Vila Flor;

Nesse regulamento contam, entre outros, a nova estrutura orgânica, flexível dos serviços do Município de Vila Flor;

Foi também deliberado e aprovado o regulamento dos cargos de direção intermédia de 3.º grau ou inferior do Município de Vila Flor;

O Regulamento 470/2017, publicado no Diário da República, 2.ª série — N.º 169 – 01 de setembro de 2017, consagra os cargos de direção intermédia de 3.º grau ou inferior do Município de Vila Flor;

Nos termos da nova Estrutura Orgânica dos Serviços do Município, a mesma entrou em vigor no dia 30 de junho de 2017;

Por deliberação de 19 de junho de 2017, a Câmara Municipal de Vila Flor aprovou, em conformidade com o disposto no artigo 7º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, a criação e a definição de atribuições e competências das unidades orgânicas flexíveis dos serviços do Município de Vila Flor;

O Regulamento de Organização dos Serviços Municipais de Vila Flor, também representado por intermédio do Organigrama, ainda não foi publicado no Diário da



## MUNICÍPIO DE VILA FLOR

República, 2.<sup>a</sup> Série, no entanto, após aprovação pela Assembleia Municipal, datada de 30 de junho de 2017, a mesma encontra-se em vigência.

Considerando que,

- Por força do n.º 1 do artigo 27º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro na redação introduzida pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro (que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado), adaptada às autarquias locais pela Lei n.º 49/12, de 29 de agosto, os cargos de dirigentes podem ser exercidos em regime de substituição em caso de vacatura do lugar;

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 19 da Lei n.º 49/12, de 29 de agosto, o exercício de cargo dirigente em regime de substituição pode ser realizado através de trabalhador que reúna as condições legais de recrutamento para o cargo de dirigente a prover;

O cargo de chefe da Unidade Orgânica 3.º Grau Financeira e Controlo se encontra vago;

Existe a imperiosa necessidade de assegurar a liderança na gestão da nova unidade orgânica, de modo a assegurar o regular funcionamento dos serviços, até à designação de um novo titular do cargo;

Considerando estar assegurado o cabimento orçamental para suporte da despesa;

Assim, no uso da competência conferida pela alínea a), n.º 2 do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, determino o seguinte:

Nos termos do artigo 27º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro na redação introduzida pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, adaptada às autarquias locais pela Lei n.º 49/12, de 29 de agosto, da alínea b) do n.º 1 do artº19 da Lei n.º 49/12, de 29 de agosto, designo, em regime de substituição, com efeitos a 01 de fevereiro de 2018, por urgente conveniência do serviço, o licenciado João Carlos Estêvão Rei para exercer o cargo de chefe da Unidade Orgânica 3.º Grau Financeira e Controlo, cargo de dirigente intermédio de 3º grau, cujo currículo académico e profissional, abreviado em nota curricular que se



## MUNICÍPIO DE VILA FLOR

anexa ao presente despacho, evidencia a competência técnica, a aptidão, a experiência profissional e formação adequadas ao exercício das respetivas funções.

Para o cargo é fixada a remuneração correspondente à 6ª (sexta) posição remuneratória da carreira geral de técnico superior, conforme artigo 5.º do Regulamento dos cargos de direção intermédia de 3.º grau ou inferior do Município de Vila Flor;

Em conformidade com o artigo 79.º da Lei n.º 66-B, de 28/12 na sua redação atual, o presente despacho será publicado nos locais de estilo e na página da Internet do Município.

Paços do Concelho, Vila Flor, 1 de Fevereiro de 2018

O Presidente da Câmara

(Fernando Francisco Teixeira de Barros, Eng.º)

*Nota relativa ao currículo académico e profissional*





## MUNICÍPIO DE VILA FLOR

### **Formação académica e profissional:**

- Pós-graduação Master in Business Administration (MBA), na Universidade Fernando Pessoa do Porto;
- Licenciatura em Economia na Universidade do Algarve;
- Curso de Formação Pedagógica Inicial de Formadores na AEP - Associação Empresarial de Portugal;
- Inscrito na Ordem dos Contabilistas Certificados e na Ordem dos Economistas.

### **Experiencia profissional mais relevante:**

- Técnico Superior, no Município de Vila Flor, nomeado responsável técnico pelo Serviço de Contabilidade, inserido no Sector de Contabilidade, Aprovisionamento e Património e Serviço de Tesouraria (desde 15 de julho de 2011);
- Técnico Superior, no Município de Vila Flor, a desempenhar funções no Serviço de Contabilidade (de 01 de março de 2006 a 14 de julho de 2011);
- Mediador de Seguros, inscrito na ASF, nos Ramos Vida e Não-Vida (desde 1 de fevereiro de 2000);
- Administrativo-financeiro na empresa Metal Reveste, de Braga (de 15 de janeiro de 2003 a 28 de fevereiro de 2006);
- Estágio Profissional na empresa Prodígio – Produções Digitais Online, SA (Empresa Associada da Sonae.com) (de 11 de junho a 2 de agosto de 2002);
- Delegado Concelhio de Vila Flor do Censos 2001, promovido pelo Instituto Nacional de Estatística (de 1 de janeiro a 30 de junho de 2001);
- Inquiridor no estudo “Caracterização Social dos Agregados Familiares Portugueses com Menores em Idade Escolar”, promovido pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade (de 15 de outubro a 30 de novembro de 2001);
- Estágio Profissional na Secção de Contabilidade do Município de Vila Flor (de 15 de dezembro de 1999 a 15 de setembro de 2000);
- Gestor financeiro da empresa Urbiflor Portugal - Sociedade de Mediação Imobiliária, Lda. (de 2 de março de 1996 a 15 de fevereiro de 1998).



## MUNICÍPIO DE VILA FLOR

### **Formação Complementar mais relevante**

- Documentos Previsionais 2018 no âmbito do SNC-AP, IGAP, 2017;
- Accountability e responsabilização num contexto de uma nova gestão financeira pública, Instituto Politécnico de Bragança, 2017;
- Consolidação de Contas e o Método de Equivalência Patrimonial, Ordem dos Contabilistas Certificados, 2017;
- Lei do Orçamento de Estado 2017: ainda as Aquisições de Serviços, IGAP, 2017;
- Elaboração de Regulamentos nas Autarquias Locais, Instituto Politécnico de Bragança, 2017;
- Execuções Fiscais nas Autarquias Locais, Instituto Politécnico de Bragança, 2017;
- Encerramento de Contas de 2016, Ordem dos Contabilistas Certificados, 2016;
- SNC-AP, Ordem dos Contabilistas Certificados, 2016;
- Elaboração dos Documentos Previsionais 2017 e SNC-AP, IGAP, 2016;
- SNC-AP - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, Instituto Politécnico de Bragança, 2016;
- Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) – Modelo Conceptual – Administração Local, IGAP, 2016;
- Prestação de Contas nos Municípios, Fundação CEFA, 2015;
- A(s) Reforma(s) da Administração Local, IGAP, 2014;
- Nova Lei das Finanças Locais – Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, IGAP, 2013;
- Análise de Dados Estatísticos, AMTQT, 2013;
- O novo enquadramento da Gestão Financeira dos Municípios – A execução da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso e o Programa de Apoio à Economia Local, Quadros & Metas – Consultores de Gestão e Formação, Lda., 2013;
- Elaboração do PPI e Orçamento para 2013: as implicações da LCPA, IGAP, 2012;
- Reengenharia de Processos: Que resultados são expectáveis, INA, 2012;
- Tarifários dos Serviços de Água e Resíduos, Resíduos do Nordeste, EIM em parceria com a ERSAR, 2012;



## MUNICÍPIO DE VILA FLOR

- Lei dos Compromissos: Análise e aplicação da Lei n.º8/2012, de 21 de Fevereiro, IGAP, 2012;
- Sustentabilidade Financeira dos Municípios, IGAP, 2012;
- A Auditoria do Tribunal de Contas, IGAP, 2011;
- Como Gerir Melhor as Autarquias, IGAP, 2011;
- A Prestação de Contas e a Responsabilidade Financeira das Autarquias Locais, Quadros & Metas – Consultores de Gestão e Formação, Lda., 2011;
- Legislação Laboral (Atualização), AIMINHO - Associação Industrial do Minho, 2003;
- Criação e Gestão de Empresas, Espaço Atlântico - Formação Financeira, SA, 2002;
- Fiscalidade e Gestão de Empresas, Espaço Atlântico - Formação Financeira, SA, 2001/2002;
- Projeto de Informática para a Vida Ativa (I.V.A. Project), Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação, 1991/1992.
- Foi presidente e membro do júri de procedimentos concursais;
- Orientou diversos estágios profissionais;
- Publicou artigo no Jornal “Novo Rumo” de Vila Nova de Gaia, subordinado ao tema “O POCAL e a Administração Local”.

Em conformidade com o artigo 79.º da Lei n.º 66-B, de 28/12 na sua redação atual, o presente despacho será publicado nos locais de estilo e na página da Internet do Município.

Paços do Concelho, Vila Flor, 1 de Fevereiro de 2018

O Presidente da Câmara

(Fernando Francisco Teixeira de Barros, Eng.º)